

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15

Capítulo I

AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DOS CONSUMIDORES:

EM BUSCA DA REAL EFETIVIDADE	21
------------------------------------	----

Joseane Suzart Lopes da Silva

1. Introdução	21
2. Breve Escorço Histórico sobre as Ações Coletivas	23
3. As Categorias de Direitos Coletivos	28
4. Tutela Processual Coletiva dos Consumidores: Principais Problemas	34
4.1. A Legitimação Ativa nas Ações Coletivas	38
4.2. Competência nas Ações Coletivas	44
4.3. O trâmite das Ações Coletivas.....	46
4.3.1. Litispendência, Conexão e Continência	46
4.3.2. A distribuição dinâmica do onus probandi.....	50
4.4. A finalização das medidas judiciais coletivas.....	52
4.4.1. A Res Judicata nas Ações Coletivas.....	53
4.4.2. Dano moral coletivo nas lides consumeristas	55
5. A terceira “onda de acesso à justiça” e a tutela coletiva dos consumidores	59
6. Conclusão	64
Referências	66

Capítulo II

TUTELA PROCESSUAL COLETIVA EM LIDES CONSUMERISTAS:

A IMPRESCINDÍVEL REVISÃO DOS PARADIGMAS	73
---	----

André Augusto da Silva Mendes

1. Introdução	73
2. O Brasil e o pioneirismo no tratamento de interesses e direitos transindividuais e individuais homogêneos	74
3. Entraves: carências, insuficiências e limitações	76
4. O anteprojeto: sua origem e sentido	76
4.1. Inovações	78
4.1.1. Um Sistema Único Coletivo	78
4.1.2. Os bens juridicamente tutelados.....	78

4.1.3. A legitimação processual coletiva.....	79
4.1.4. A competência jurisdicional.....	79
4.1.5. Coisa julgada coletiva.....	80
4.1.6. Ônus da prova.....	80
4.1.7. Execuções coletivas.....	81
4.1.8. Os “Fundos de Direitos Coletivos”.....	81
4.1.9. Cadastros Nacionais.....	81
5. Considerações finais.....	82
Referências.....	83

Capítulo III

A ADEQUAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE

DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS AÇÕES COLETIVAS.....	85
<i>Raianna Silveira Gomes</i>	

1. Introdução.....	85
2. A legitimação do Ministério Público para propor ações coletivas.....	86
3. Aplicação da representatividade adequada ao Ministério Público.....	87
3.1. “Relevância social” como juízo de valor.....	89
4. Conclusão.....	90
Referências.....	91

Capítulo IV

LEGITIMIDADE ATIVA DA DEFENSORIA PÚBLICA

PARA A TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR.....	93
<i>Larisse Silva Oliveira</i>	

1. Introdução.....	93
2. Tutela coletiva: breves considerações.....	94
3. Legitimidade ativa da defensoria pública: controvérsias.....	95
3.1. Limites e conformidade constitucional.....	97
4. Sintética avaliação das propostas legislativas.....	99
5. Considerações finais.....	101
Referências.....	102

Capítulo V

ASPECTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS

DAS ASSOCIAÇÕES CONSUMERISTAS:

A LEGITIMAÇÃO E A ATUAÇÃO DESSAS ORGANIZAÇÕES.....	103
<i>Efson Batista Lima</i>	

1. Introdução.....	103
2. O individualismo x as associações de defesa do consumidor.....	105

2.1. Breve histórico das associações consumeristas	106
3. O arcabouço jurídico da legitimação das associações de defesa do consumidor para atuarem na tutela processual coletiva	110
3.1. A legitimidade para propositura de ações coletivas E a convenção coletiva de consumo	111
4. Considerações finais.....	113
Referências	114

Capítulo VI

A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	117
<i>Ana Paula Quadros Guedes</i>	
1. A evolução do dano moral no ordenamento jurídico brasileiro.....	117
2. A Tutela Processual Coletiva.....	120
3. O dano moral coletivo: conceito e implicações terminológicas.....	122
4. Fundamentação legal e doutrinária.....	125
5. Considerações finais.....	128
Referências	129

Capítulo VII

DANO MORAL COLETIVO NAS RELAÇÕES DE CONSUMO.....	131
<i>Geiziane Matos de Oliveira</i>	
<i>Joseane Suzart Lopes da Silva</i>	
1. Introdução	131
2. O dano moral coletivo.....	133
3. Considerações finais	136
Referências	137

Capítulo VIII

AÇÃO COLETIVA PASSIVA: ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS E CONTROVÉRSIAS SOB A ÓTICA DE SUA UTILIDADE PARA O DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO	139
<i>Dandara do Lago Guimarães Santos</i>	
1. Introdução	139
2. Ação Coletiva Passiva: conceito e classificação.....	141
3. O requisito da representação adequada.....	143
4. Conclusão.....	145
Referências	145

Capítulo IX

LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA: INSTRUMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	147
<i>Camila Russo</i>	

1. A relação de consumo e a Tutela Constitucional e Infra-constitucional do Consumidor.....	147
2. Ação Civil Pública – mecanismo de efetivação dos Direitos do Consumidor	149
3. A concessão de liminar.....	151
4. Conclusão	153
Referências	153

Capítulo X

LITISPENDÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS

CONFORME O PROJETO DE LEI 5139/09	155
---	-----

Bethânia Pires Amaro

1. Introdução	155
2. Litispendência entre Ações Coletivas e suas respectivas ações individuais	156
2.1. Alterações propostas pelo Projeto de Lei 5139/09.....	159
3. Litispendência entre Ações Coletivas	161
4. Considerações finais.....	163
Referências	164

Capítulo XI

A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES COLETIVAS

PARA A DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	165
--	-----

Maria Gonçalves Darbra

1. Introdução	165
2. O tratamento coletivo da reparação dos danos pessoalmente sofridos.....	166
3. A prescrição e as ações coletivas para a defesa de direitos individuais homogêneos.....	167
4. Conclusão	168
Referências	169

Capítulo XII

TUTELA PROCESSUAL COLETIVA EM LIDES CONSUMERISTAS:

A AÇÃO COLETIVA PASSIVA E A INSUFICIÊNCIA

DO PROJETO DE LEI 5.139/2009.....	171
-----------------------------------	-----

Náira Ravena Andrade Araújo

1. Breve histórico das Ações Coletivas Passivas.....	171
2. Noção de Ação Coletiva Passiva.....	173
2.1. A finalidade e a relevância da Ação Coletiva Passiva	174
2.2. A compreensão indevida do vocábulo “defesa” presente no artigo 81 do CDC	174
3. A subsidiariedade da Ação Coletiva Ativa	176

4. Os pressupostos da Ação Coletiva Passiva.....	177
4.1. A adequada representação.....	177
4.2. A coisa julgada resultante da Ação Coletiva Passiva	178
5. O Projeto de Lei 5.139	180
5.1. A necessidade de previsão legal expressa e sistemática das Ações Coletivas Passivas no ordenamento processual coletivo.....	182
6. Considerações finais.....	183
Referências	185

Capítulo XIII

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA: DIÁLOGO ENTRE A LEI Nº. 8.098/90 E O PROJETO DE LEI N. 5.139/09.....	187
<i>Flora Deane S. Ribeiro</i>	

1. Breve evolução histórica Do instituto inversão do ônus da prova	187
2. Condições e pressupostos que viabilizam a decretação da alteração do <i>ônus probandi</i>	190
3. Diferenciação entre a alteração do ônus da prova <i>ope iudicis</i> e distribuição diversa do ônus da prova	192
4. Diálogo entre a lei n. 8.098/90 e o projeto de Lei n. 5.139/09.....	193
4.1. Breve análise das Propostas para tutela processual coletiva.....	193
4.2. Questões atinentes à Lei n. 8.098/90 e o Projeto de Lei n. 5.139/09	195
5. Considerações finais.....	196
Referências	197

Capítulo XIV

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NAS AÇÕES COLETIVAS DO CONSUMIDOR À LUZ DO PRINCÍPIO DA VULNERABILIDADE.....	199
<i>Igor Silveira Santana Santos</i>	

1. Introdução	199
2. Pressupostos conceituais	200
3. Os requisitos para a inversão do ônus da prova no Processo Civil do Consumidor	203
4. A inversão nas ações coletivas	207
5. Conclusão	211
Referências	212

Capítulo XV

A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	213
<i>Ícaro Oliveira Costa</i>	

1. Introdução	213
2. Definição de prova	215
3. Do ônus da prova	215
4. Requisitos para a inversão.....	216
5. Momento processual adequado	218
6. Conclusão	220
Referências	221

Capítulo XVI

O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

EM DEFESA DO CONSUMIDOR	223
-------------------------------	-----

Roberta Pires Alvim

1. Introdução	223
2. A conciliação e suas vantagens	224
3. O termo de ajustamento de conduta e a indisponibilidade dos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	230
4. Considerações finais.....	235
Referências	236

Capítulo XVII

HISTÓRICO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES

COLETIVAS NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	239
---	-----

Cecília Abreu Barbeitos

1. Introdução	239
2. Coisa julgada nas ações coletivas.....	240
3. Histórico da coisa julgada nas ações de tutela coletiva no Brasil	242
4. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> e <i>erga omnes</i>	246
5. Código de Defesa do Consumidor.....	247
6. Anteprojetos de um Código Brasileiro de Processos Coletivos	249
7. Conclusão	253
Referências	254

Capítulo XVIII

LIMITE SUBJETIVO DA COISA JULGADA COLETIVA.....	255
---	-----

Paula Tomaz Freire

1. Introdução: o regime jurídico da coisa julgada coletiva	255
2. Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre interesses difusos e coletivos	257
3. Limites subjetivos da coisa julgada em caso de interesses individuais homogêneos	259
4. Extensão subjetiva da coisa julgada coletiva: o posicionamento de Antonio Gidi.....	260

5. A transferência <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva no plano individual.....	261
6. O Projeto de Lei do Código Brasileiro de Processo Coletivo: considerações finais.....	263
Referências	263

Capítulo XIX

A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DA COISA JULGADA

COLETIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	265
--	-----

Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos

1. Noções gerais sobre o Regime Jurídico da Coisa Julgada.....	265
2. Limites territoriais da Coisa Julgada nas Ações Coletivas	268
2.1. Competência territorial para processar e julgar as Ações Coletivas.....	268
2.2. Restrições impostas pelo art. 16 da Lei 7.347/85 e pelo art. 2º-A da Lei 9.494/97	270
3. A repercussão da delimitação da Coisa Julgada nas relações de consumo.....	273
4. Conclusões	276
Referências	277

Capítulo XX

DA INCONSTITUCIONALIDADE E INOCUIDADE DO ART. 16

DA LACP EM RELAÇÃO À EFICÁCIA TERRITORIAL

DAS DECISÕES NAS AÇÕES COLETIVAS.....	279
---------------------------------------	-----

Felipe Macêdo Pires Sampaio

1. Introdução	279
2. Considerações iniciais acerca do regime jurídico dos limites territoriais da coisa julgada nas ações coletivas	280
3. Disciplina da limitação territorial da coisa julgada coletiva e os ante- projetos	283
4. Da inconstitucionalidade e inocuidade do art. 16 da Lei de Ação Civil Pública em relação à eficácia territorial das decisões em sede de Ações Coletivas	286
5. Conclusão.....	288
Referências	289

Capítulo XXI

REPERCUSSÃO DA DELIMITAÇÃO DA COISA JULGADA

NAS AÇÕES COLETIVAS CONSUMERISTAS	291
---	-----

Fernando Gomes da Silva Júnior

1. Introdução	291
2. Coisa Julgada.....	293

2.1. Considerações Gerais.....	293
3. A delimitação territorial da Coisa Julgada nas Ações Coletivas	294
3.1. Considerações gerais.....	294
3.2. A restrição imposta pela Lei 9494/97 recai sobre norma já revogada	296
3.3. O exercício da atividade jurisdicional e competência	298
3.4. Da impossibilidade de aplicação concreta do art. 16 da LACP para as demandas coletivas em Tutela de Interesses Indivisíveis.....	301
3.5. Alteração de regra processual através de medida provisória	302
3.6. Inconstitucionalidades da Lei 9494/97	304
4. Repercussão da delimitação da Coisa Julgada nas relações de consumo.....	307
4.1. Análise jurisprudencial.....	307
4.2. Da ausência de aplicação do princípio da proporcionalidade.....	309
4.3. A restrição dos efeitos da Coisa Julgada e o acesso à justiça	312
4.4. A restrição dos efeitos da Coisa Julgada e a efetividade do processo.....	315
5. Conclusão	318
Referências	320

Capítulo XXII

JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS POR AMOSTRAGEM:

A COLETIVIZAÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS

E O PROCESSO COLETIVO

Laís Fontes Guimarães

Vanessa Teixeira Viana

1. Introdução	324
1.1. Evolução da sociedade de consumo.....	324
2. Estado de Direito x acesso à justiça e crise do judiciário	326
3. Os novos desafios do Direito Processual Civil: a Tutela Coletiva, os conflitos de massa e a multiplicação de demandas individuais.....	329
4. Recursos repetitivos e julgamento por amostragem: a coletivização de conflitos individuais.....	332
5. Conclusão	335
Referências	336

PREFÁCIO

Com muita felicidade, recebi o convite de Joseane Suzart e do CEPEJ para elaborar o prefácio deste importante livro sobre a tutela processual coletiva do consumidor.

Várias são as razões desse estado de espírito.

Primeiro, por ser um livro composto por trabalhos de estudantes. O fato me remete a 1996, quando, no quarto ano do curso de bacharelado em Direito, me predispus a organizar o primeiro volume da Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBA.

Em segundo lugar, por Joseane, que conheço há tempos e que, já no início de sua trajetória como professora da UFBA, revela a sua vocação para o magistério, coordenando um grupo de pesquisa que já produziu um belo seminário e esse livro.

Há, ainda, meu afeto pelo tema escolhido: há quatro anos escrevi, juntamente com Hermes Zaneti Jr., um livro dedicado ao processo jurisdicional coletivo. Possivelmente, foi o primeiro curso de direito processual civil a dedicar um volume exclusivo ao assunto. Ver o processo coletivo examinado por jovens estudantes de direito é, então, uma grande alegria – muitos deles foram, inclusive, alunos meus no curso de graduação.

Esse livro é mais uma demonstração do vigor do curso de graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia, de cujo corpo docente tenho orgulho de pertencer.

Parabéns a todos!

Salvador, período de festas juninas, 2011.

Fredie Didier Jr.